

III Fiscalização Ordenada  
21 de Outubro - 2021

# Obras Paralisadas



**TCE-SP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

[www.tce.sp.gov.br/ordenadas](http://www.tce.sp.gov.br/ordenadas)

TC 6941/989/20

TC de acompanhamento: 6917/989/21

Antonio Roque Citadini

Conselheiro

OBRA MUNICIPAL - PREFEITURA  
MUNICIPAL DE PRACINHA - Construção  
de Creche do programa estadual Creche-  
Escola

Responsável pela Fiscalização

DSF-I

UR-18

EURICO MARCOS PEREIRA DE SOUZA  
Agente da Fiscalização

# Obras

# Paralisadas

O **Tribunal de Contas** do Estado de São Paulo é o guardião da sociedade que orienta e fiscaliza o cumprimento das leis aplicáveis aos seus jurisdicionados estaduais e municipais.

A execução de Obras Públicas é primordial dentre os investimentos dos programas governamentais.

Uma das mais complexas atividades realizadas pelos órgãos públicos, a obra pública deve ser executada com planejamento adequado, no prazo determinado, com qualidade da construção, com preço de mercado e de acordo com o projeto licitado.

### Obras Paralisadas

Imperioso que acompanhemos e avaliemos por meio de fiscalizações ordenadas, o andamento das obras públicas, o cumprimento dos prazos estipulados, a qualidade da construção, os custos envolvidos e a aderência ao projeto contratado.

O escopo desta fiscalização trata exclusivamente da verificação da situação das obras públicas paralisadas no Estado de São Paulo, seja de contratações de órgão públicos estaduais ou municipais.

Nesta oportunidade, serão abordados temas relacionados com: formalização das paralisações e suas justificativas; eventuais pagamentos relativos a serviços de segurança patrimonial, de sinalização, de manutenção, todos decorrentes da paralisação; constatação do aspecto da construção interrompida; aplicação de penalidades aos responsáveis pela paralisação; averiguação quanto à retomada dos serviços pela Administração em casos de rescisão contratual.

A seletividade das obras a inspecionar adveio de informações prestadas ao Painel de Obras Paralisadas e Atrasadas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

No contexto relacionado a esta fiscalização, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo fez divulgar o Comunicado SDG de nº 34/2018, alertando os órgãos públicos estaduais e municipais para observarem, com rigor, os ditames de preservação do interesse público, em especial no que concerne à inclusão de novos projetos na lei orçamentária anual somente após atendidos plenamente os serviços e obras contratados, conforme prescreve o artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### Números da Fiscalização Ordenada

- 140** servidores do TCESP empregados na fiscalização
- 113** municípios fiscalizados
- 140** obras fiscalizadas

### III Fiscalização Ordenada 2021

#### OBRA MUNICIPAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA - Construção de Creche do programa estadual Creche-Escola

##### A. GERAL

**A.1) N° do Processo Principal (se autuado no TCESP):**

Resposta: TC-006941.989.20-4

Comentários: -

**A.2) N° do Processo de Acompanhamento (se autuado no TCESP):**

Resposta: -

Comentários: -

**A.3) Contratante:**

Resposta: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

Comentários: -

**A.4) Contratada:**

Resposta: SUPERAÇÃO OSVALDO CRUZ CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME

Comentários: -

**A.5) N° do Contrato (Origem):**

Resposta: Contrato n° 21 de 23 de dezembro de 2014

Comentários: -

**A.6) Objeto:**

Resposta: Construção de Centro de Educação Infantil Programa Educacional Estado/Município/Educação Infantil, Processo 5468/2012, firmado com a Secretaria de Estado da Educação, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação e o Município de Pracinha, localizada na Alameda Brasil esquina com a Rua Carlusso Soares, Bairro Centro.

Comentários: -

**A.7) Valor do Contrato Original:**

Resposta: R\$ 1.019.035,09

Comentários: -

**A.8) Valor de Termos Aditivos:**

Resposta: R\$ 0,00

Comentários: Três Termos Aditivos de prorrogação de prazo sem alteração de valor.

**A.9) Valor do Contrato Atual:**

Resposta: R\$ 1.019.035,09

Comentários: -

**A.10) Valor Pago até a data da paralisação:**

Resposta: R\$ 160.202,43

Comentários: -

**A.11) Reajuste Financeiro:**

Resposta: R\$ 0,00

Comentários: -

**A.12) Valor Pago com reajuste até a data da paralisação:**

Resposta: R\$ 160.202,43

Comentários: -

**A.13) Data de assinatura:**

Resposta: 23/12/2014

Comentários: -

**A.14) Prazo inicialmente previsto:**

Resposta: 23/09/2015

Comentários: -

**A.15) Prazo atual, incluindo aditamentos, se houver:**

Resposta: 20/12/2017

Comentários: -

**A.16) Data em que a obra foi paralisada:**

Resposta: 27/12/2014

Comentários: Considerada aqui a data da rescisão contratual. Entretanto a obra já se encontrava paralisada quando da rescisão



contratual sem que a Origem soubesse informar a data da paralisação com precisão, informando apenas que na data da rescisão contratual a obra já encontrava-se paralisada há pelo menos seis meses.

**A.17) Visita realizada em:**

Resposta: 21/10/2021

Comentários: -

## B. ITENS DE VERIFICAÇÃO

### B.1) A paralisação está devidamente justificada?

Resposta: **Não - Irregular**

Comentários: -

### B.2) Há pagamento de serviços relativos a contrato de supervisão, serviços de segurança patrimonial, de sinalização, de manutenção, etc..., apesar de a obra estar paralisada?

Resposta: **Não - Regular**

Comentários: Embora não tenha havido pagamento relativo a contratos de supervisão, serviços de segurança patrimonial, de sinalização, de manutenção, não havia materiais que justificassem tais gastos por parte da Prefeitura Municipal, tendo em vista que a obra ainda encontrava-se no estágio inicial de sua estrutura.



Foto da estrutura da obra.



Foto da estrutura da obra.





Foto da estrutura da obra.

**B.3) O local da obra apresenta aspecto de abandono, que poderia propiciar atos de vandalismo, ocupações irregulares, danos a segurança de terceiros, etc...?**

**Resposta: Sim - Irregular**

**Comentários:** A obra encontra-se abandonada, com presença de animais dentro do recinto. Muros estão caindo e a estrutura encontra-se danificada pela ação do tempo.



Obra deteriorada pela ação do tempo.



Muro com os tijolos caindo.



Materiais espalhados pelo terreno.



Presença de animais no recinto da obra.

**B.4) Há estruturas edificadas que estão expostas a intempéries, cujas condições climáticas possam deteriorar esses serviços, causando prejuízos de refazimento dos mesmos?**

Resposta: **Sim - Irregular**

Comentários: As estruturas já estão danificadas, podendo ficar ainda pior devido à ação do tempo.



Estrutura e materiais expostos à ação do tempo.



Estrutura exposta à ação do tempo.



Estrutura exposta à ação do tempo.

**B.5) Em se tratando de obra paralisada com materiais/equipamentos remanescentes, os mesmos encontram-se preservados?**

Resposta: **Não - Irregular**

Comentários: Os materiais não se encontram preservados. Estão expostos às intempéries.



Materiais expostos às intempéries.



Estrutura exposta às intempéries.

**B.6) Houve aplicação de sanções, pela Administração, por inexecução parcial ou total da obra? (Lei Federal nº 8.666/93, artigos 77, 78, 86 e 87)**

Resposta: **Não - Irregular**

Comentários: Embora a Origem tenha justificado que há ação civil impetrada pelo Ministério Público, não houve a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.



**B.7) Houve rescisão do contrato? (Lei Federal nº 8.666/93, artigos 77 a 80)**

Resposta: **Sim - Regular**

Comentários: -

**B.8) Se rescindido o contrato, a garantia contratual foi executada? (Lei Federal nº 8.666/93, artigo 80, inciso III)**

Resposta: **Não - Irregular**

Comentários: Embora houvesse exigência de garantia contratual no edital da licitação e no contrato, a mesma não foi prestada pela contratada.

**B.9) Se rescindido o contrato, houve assunção do objeto do contrato pela Administração? (Lei Federal nº 8.666/93, artigo 80, inciso I)**

Resposta: **Não - Irregular**

Comentários: Houve rescisão do contrato e a Prefeitura de Pracinha não tomou providências para a realização de nova licitação para término da obra.

**B.10) Se rescindido o contrato, a Administração deu continuidade à obra? (Lei Federal nº 8.666/93, artigo 80, parágrafo 1º)**

Resposta: **Não - Irregular**

Comentários: Houve rescisão do contrato e a Prefeitura de Pracinha não tomou providências para a realização de nova licitação para término da obra.